
SER Social

CRISE AMBIENTAL E LUTAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 26, nº 52, janeiro a junho de 2023

“Questão social” e pauperismo no Brasil em tempos de Covid-19

“Social issue” and pauperism in Brazil in Covid-19 times
“Cuestión social” y pauperismo en Brasil en tiempos de Covid-19

Milena da Silva Santos¹

<https://orcid.org/0000-0002-1438-4928>

Liana Amaro Augusto de Carvalho²

<https://orcid.org/0000-0003-2697-5466>

Recebido em: 25/05/2021

Aprovado em: 15/02/2022

Resumo: Este texto tem como objetivo debater o agravamento da “questão social”³ no Brasil, por meio do aprofundamento do pauperismo no período da pandemia de Covid-19. Para tanto, respalda-se numa metodologia de

1 Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social (FSSO) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). *E-mail:* <milena_sso@hotmail.com>.

2 Doutora em Serviço Social. Graduação em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora Substituta do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). *E-mail:* <lianacarvalhoss@hotmail.com>.

3 A expressão “questão social” se refere a um complexo social derivado da relação contraditória entre o capital e o trabalho no momento da produção capitalista. A expressão tem origem liberal e surgiu pela primeira vez em um jornal legitimista francês chamado *La Quotidienne*, em 1831. O periódico relacionou a referida expressão ao crescente pauperismo no período da industrialização capitalista. Utilizamos as aspas para fazer referência a essa tergiversação conservadora liberal (NETTO, 2011), embora a análise pautar-se numa perspectiva histórico-crítica e dialética do fenômeno abordado.

análise bibliográfica e documental, com base no método do materialismo histórico-dialético⁴. Apresenta uma análise sobre os fundamentos socio-materiais da “questão social”, evidenciando o seu processo originário a partir da Lei Geral da Acumulação Capitalista. Problematisa a crise atual do capital, enquanto uma crise estrutural evidencia os limites absolutos do sistema. Ademais, conclui-se que o contexto pandêmico da Covid-19 traz consequências para a classe trabalhadora que ressaltam a combinação entre o pauperismo relativo e o absoluto na realidade brasileira. Indica, portanto, que as problemáticas elencadas apenas podem ter algum viés resolutivo quando se tiver como horizonte uma alternativa ao atual sistema socioeconômico que desconsidere o capital como o seu sustentáculo.

Palavras-chave: “questão social”; pauperismo; Brasil; pandemia; Covid-19.

Abstract: This text aims to debate the aggravation of the “social issue” in Brazil, through the deepening of pauperism in the period of the Covid-19 pandemic. Therefore, it is supported by a methodology of bibliographic and documental analysis, based on the method of historical-dialectical materialism. It presents an analysis of the socio-material foundations of the “social issue”, showing its original process from the General Law of Capitalist Accumulation. It problematizes the current crisis of capital, as a structural crisis that highlights the absolute limits of the system. Furthermore, it is concluded that the Covid-19 pandemic context has consequences for the working class that emphasize the combination of relative and absolute pauperism in the Brazilian reality. It indicates, therefore, that the issues listed can only have a resolution bias when an alternative to this socioeconomic system, which disregards capital as its mainstay, is considered.

Keywords: “social issue”; pauperism; Brazil; pandemic; Covid-19.

Resumen: Este texto tiene como objetivo debatir el agravamiento de la “cuestión social” en Brasil, a través de la profundización del pauperismo en el período de la pandemia Covid-19. Por tanto, se apoya en una metodología de análisis bibliográfico y documental, basada en el método del

4 A pesquisa que resultou neste artigo foi realizada a partir da perspectiva do método crítico-dialético e teve como procedimentos metodológicos as pesquisas bibliográfica e documental, pela utilização de textos clássicos e contemporâneos, bem como de documentos sob a forma de relatórios e legislações pertinentes à temática estudada. Para reproduzir as principais contribuições desse material acerca do tema perscrutado, utilizou-se a técnica de leitura e fichamento dos textos referenciados (ver lista) selecionados a partir dos termos “questão social”, pauperismo e Covid-19. Outrossim, utilizamos como dados de realidade aqueles de fontes secundárias, disponíveis em meio eletrônico.

materialismo histórico-dialéctico. Apresenta un análisis de los fundamentos socio-materiales de la “cuestión social”, mostrando su proceso original a partir de la Ley General de Acumulación Capitalista. Problematiza la actual crisis del capital, como una crisis estructural que resalta los límites absolutos del sistema. Además, se concluye que el contexto de la pandemia Covid-19 tiene consecuencias para la clase trabajadora que enfatizan la combinación de pauperismo relativo y absoluto en la realidad brasileña. Indica, por tanto, que los temas enumerados solo pueden tener un sesgo de resolución cuando se considera una alternativa a este sistema socioeconómico, que desconoce al capital como pilar fundamental.

Palabras clave: “cuestión social”; pauperismo; Brasil; pandemia; Covid-19.

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que a humanidade vem tolerando diversas contradições e problemas relacionados ao modo de produção do capital e ao seu impulso à expansão e ao movimento de acumulação. Podemos brevemente aqui mencionar que a relação com o capital gera o crescimento inimaginável da riqueza material; porém, isso provoca a pobreza generalizada daqueles que produzem a riqueza. Além disso, os imperativos do referido sistema geram crises econômicas continuadas. De igual modo, seu processo de produção consome recursos naturais e humanos como nenhum outro modo de produção anterior e, com isso, destrói as condições de reprodução não apenas do próprio sistema do capital, mas também da própria humanidade.

Observamos que é necessário compreender os fundamentos que sustentam uma totalidade social com tantos contrassensos. Concordamos que uma análise profunda do capital e de seu sistema socioeconômico, numa perspectiva histórico-crítica, pode revelar as determinações causais e as reais bases materiais do conjunto de problemas sociais, políticos, econômicos e culturais, que é denominado de “questão social”.

Evidencia-se que as expressões da “questão social” se agravaram no contexto pandêmico da Covid-19⁵. Principalmente porque as novas

5 A Covid-19 é a doença causada pelo novo Coronavírus, que contaminou e levou a óbito milhões de pessoas em todo o mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, a pandemia se tornou incontrolável, transformando-o num dos países com mais casos e mortes, onde passou a ser considerada uma ameaça sanitária nacional no segundo bimestre de 2021, pois, enquanto a Covid-19 regredia em vários países, aqui a média móvel de óbitos chegou a ultrapassar mais de 4 mil casos por dia.

condições objetivas fizeram com que a relação contraditória entre o capital e o trabalho – que fundamenta o surgimento da “questão social” – aprofundasse os mecanismos de aperfeiçoamento da extração de trabalho excedente.

Em vários países e também no Brasil, as consequências econômicas e sociais da pandemia foram logo evidenciadas: colapso do sistema de saúde em diversas cidades, aumento do desemprego, ausência temporária de produção e indisponibilidade de alguns itens necessários no mercado (dentre eles, alimentos e insumos hospitalares), entre outras consequências. Não obstante, o que se manifesta é o aprofundamento da “questão social” e, principalmente, da sua expressão mais flagrante: o pauperismo.

Contudo, é necessário destacarmos no nosso debate alguns elementos importantes que dizem respeito aos fundamentos da “questão social” e às suas principais expressões, os determinantes da crise econômica do capital na atualidade e os limites desse sistema, para que, assim, possamos aprofundar o debate a respeito do problema do pauperismo na conjuntura da pandemia de Covid-19 no Brasil.

1. Os fundamentos sociomateriais da “questão social”

A “questão social” é temática recorrente no campo de investigação das ciências sociais. Numa perspectiva histórico-crítica, a expressão significa um “[...] conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da construção da sociedade capitalista [...]” (NETTO, 2006, p. 17), estando, portanto, vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho. Numa concepção não divergente, mas complementar, ela também pode ser compreendida como expressão

[...] do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...] (IAMAMOTO & CARVALHO, 2009, p. 77).

Contudo, é necessário compreender em que determinações essenciais se desenvolveu tal problemática. De acordo com diversos estudos, foi por volta de 1830, período da Revolução Industrial, que o pauperismo da classe trabalhadora começou a tomar forma, em larga escala, na Europa. O pauperismo constituía-se como um fenômeno diferenciado da pobreza até então conhecida, uma vez que ele não estava mais relacionado à escassez da produção material de bens e muito menos ao baixo desenvolvimento das forças produtivas, mas a um processo de empobrecimento que passava a ser produzido e reproduzido mesmo diante da abundância de mercadorias.

De acordo com Pimentel (2016), podemos desvelar o processo que origina a “questão social” a partir das formulações de Marx a respeito da Lei Geral da Acumulação Capitalista. Para a referida autora, é possível identificar três dimensões fundamentais acerca da “questão social”, quais sejam: 1) sua dimensão material, que está elucidada na Lei Geral da Acumulação Capitalista; 2) sua dimensão política, que compreende a reação da classe trabalhadora à sua condição de existência e de trabalho; assim como também 3) a intervenção do Estado sobre as expressões da “questão social”, por meio das políticas sociais, assumindo vários formatos interventivos, a depender da fase do desenvolvimento capitalista, considerando-se o seu movimento de expansão e recessão econômica.

De acordo com as análises de Marx (1988), as determinações mais significativas para a pauperização da classe trabalhadora podem ser encontradas na esfera da produção, regida pela Lei Geral da Acumulação Capitalista, que é determinada pela produção de mais-valia. A valorização do capital acontece no processo em que o trabalho agrega valor à mercadoria na esfera produtiva. A contínua compra e venda da força de trabalho gera a contínua reprodução ampliada do capital. O trabalhador depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver, o que o faz ser parte de um ciclo do qual não consegue se livrar sob a lógica do sistema capitalista.

Com o desenvolvimento do sistema do capital, passa a existir a expansão da produção e da massa de trabalhadores, o que permite que se expanda também a escala, de modo que a atração dos trabalhadores pelo capital resulta em uma maior repulsão deles (MARX, 1988). A formação de uma população trabalhadora excedentária é, pois, peculiar ao modo de produção capitalista e é necessária ao desenvolvimento do

referido sistema. Trata-se de uma população que funda um “exército industrial de reserva”, sempre à disposição do capital, para ter sua força de trabalho explorada.

Assim sendo, com o desenvolvimento da indústria moderna, há a transformação de parte da população trabalhadora em desempregados ou semiempregados. Então, quanto mais se intensifica o dispêndio de trabalho sobre a massa de trabalhadores ocupados, mais trabalhadores são descartados da produção, engrossando as fileiras da massa de desempregados, o que permite que trabalhadores empregados sejam obrigados a uma maior exploração da sua força de trabalho e a uma maior submissão ao capital. De tal modo, aquele contingente excedentário assume um papel essencial na reprodução do capital e na manutenção dos salários, na medida em que exerce uma pressão sobre a população empregada, principalmente em momentos de estagnação econômica.

Outro ponto essencial destacado por Marx (1988) é que, ao mesmo tempo em que a acumulação multiplica a demanda de trabalho, também multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua liberação, enquanto a pressão dos desempregados força os empregados ao sobretrabalho. Nesse processo, chega-se a um momento em que os trabalhadores começam a perceber que, quanto mais trabalham, mais produzem riqueza alheia. Além disso, constatam que, quanto mais cresce a força produtiva de seu trabalho, como meio de valorização do capital, ela se torna cada vez mais precária para eles. Dessa forma, percebem que o nível de concorrência entre eles depende também da pressão da “superpopulação relativa” e, assim, buscam se organizar coletivamente. Eis a dimensão política da chamada “questão social”, expressando-se pelo momento em que os trabalhadores se articulam e se mobilizam para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho.

O pauperismo, como uma das primeiras formas de expressão da “questão social” e uma das mais evidentes até hoje, expressa-se pelo empobrecimento da classe trabalhadora, à medida que a sua força de trabalho é explorada, mas não ocorre a socialização da riqueza produzida. Historicamente, é sobre tal parcela pauperizada da classe trabalhadora que se dão as primeiras formas de intervenção estatal e atualmente se focalizam mediante pífias estratégias. Parece candente que o Estado vem atuando na administração de tais problemáticas para assegurar a reprodução da classe trabalhadora e da “superpopulação relativa”, essenciais para a sobrevivência do capitalismo.

Analisando a Lei Geral da Acumulação Capitalista, percebemos a contradição fundante desse sistema de produção, uma vez que, à medida que o capitalismo produz cada vez mais riqueza, produz também a miséria da classe trabalhadora. O desenvolvimento das forças produtivas permite a expansão da extração de trabalho excedente e, por conseguinte, o crescimento da classe trabalhadora, que se divide entre sua parcela ativa e a de reserva. Quanto maior for esta última, maior é o pauperismo oficial. Os métodos de acumulação de capital são, simultaneamente, métodos de produção de mais-valia, de maneira que toda a expansão da acumulação torna-se meio de desenvolver tais métodos. Então, a acumulação capitalista tem um caráter antagônico, o qual proporciona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital.

Portanto, pode-se afirmar que a dimensão material da “questão social” está na economia capitalista: sua raiz está na contraditória relação de produção capitalista entre o capital e o trabalho. A dimensão política da “questão social” evidencia-se na forma de organização e luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho. Assim sendo, as raízes da “questão social” estão diretamente relacionadas à exploração do trabalho no capitalismo, à luta da classe operária na busca pelo acesso à riqueza produzida e à resistência à exploração de sua força de trabalho pelo capital. Quando a luta da classe trabalhadora se torna uma ameaça à ordem constituída e à reprodução social, o capital utiliza-se do seu comando político (o Estado) para buscar administrar as sequelas da “questão social”.

Na América Latina e especificamente no Brasil, as diversas expressões da chamada “questão social” estão ligadas às particularidades da sua formação social, ou seja, à materialização dos traços gerais das sequelas do modo de produção capitalista nas particularidades econômicas, políticas, culturais, religiosas e sociais da referida região no mundo. Requer que se atente, ainda, à “visibilidade aos sujeitos que, por meio dos seus esforços, conflitos e lutas, atribuem a densidade política à *questão social* na cena pública” (IAMAMOTO, 2012, p. 146).

Observando a história do Brasil e a importância da colonização para a interpretação da sua realidade contemporânea (PRADO JÚNIOR, 2008), podemos dizer que as expressões da “questão social” no Brasil – em especial, o pauperismo – são determinadas pelas formas estruturais de apropriação/expropriação dos países de capitalismo central operadas ainda no processo de colonização até a República, obedecendo à sua

característica ineliminável: a exploração do trabalho, o que reforça a sua posição de subalternidade e dependência.

2. Crise estrutural e os limites absolutos do capital

De acordo com Mészáros (2011), o capital está em uma profunda crise desde o final da década de 1960. Trata-se de uma crise que se caracteriza, basicamente, por ser sistêmica e estrutural. Atinge todas as esferas produtivas em escala planetária. Desenvolve-se de forma lenta e seu período temporal é extenso, podendo ser permanente, pois até o momento não se encontram indícios de que o capital tenha retornado para o patamar de lucratividade anterior. A crise, por ser eminentemente estrutural, evidencia os limites absolutos do referido sistema.

A tendência a uma maior concentração e à centralização de capitais aprofunda as contradições do próprio sistema. Por mais que os capitalistas e seus representantes na esfera política do Estado busquem saídas da crise do sistema, o próprio capital não consegue mais deslocar suas contradições de forma eficiente. Se antes as estratégias implementadas para a retomada do crescimento econômico ofuscavam os efeitos destrutivos do sistema, hoje fica evidente que a desigualdade social cresce cada vez mais e que a miséria se alastra para a maior parte da população mundial, de modo que o desemprego se torna crônico e que o estilo de vida e a produção do capital destroem o meio ambiente e, por consequência, ameaçam a sobrevivência da própria humanidade.

Por estes e outros motivos, na concepção de Mészáros (2011), é necessário que a própria humanidade enfrente o desafio de buscar uma alternativa que não apenas reforme o citado sistema, atenuando algumas de suas contradições, mas enfrente de forma ofensiva os fundamentos que mantêm o próprio capital, superando-o em seus aspectos basilares, uma vez que ele é sustentado pelo trabalho assalariado e pelo Estado moderno.

As crises econômicas fazem parte do sistema do capital. Porém, os determinantes da crise estrutural são diferentes daqueles de uma crise cíclica. A crise estrutural se diferencia das crises cíclicas principalmente por quatro fatores: I) diferentemente destas últimas, a primeira tem um caráter *universal*, perpassando todas as esferas produtivas, e não fica restrita a algumas esferas; II) ela é *global*, pois atinge todos os países; III) não é temporária,

uma vez que tem uma *escala de tempo extensa, contínua e permanente*; e IV) além disso ela é diferente de uma crise que se instala rapidamente, podendo gerar quebra de bolsas, como foi a crise de 1929, pois se desenvolve de forma *rastejante* e, aos poucos, atinge as esferas produtivas e as economias dos países, não demonstrando sinais de recuperação.

A produção capitalista chegou a um patamar em que existe um excesso de produção que tem dificuldade de valorização. Assim, o sistema do capital entrou num processo de maior dificuldade de expansão e acumulação contínua de riquezas, com maiores dificuldades de deslocar suas contradições. A crise estrutural atual do capital é também determinada pela abundância da produção de mercadorias que se desvalorizam, o que provoca a diminuição da margem de expansão e acumulação do capital. Abundância não apenas de mercadorias produzidas, mas também de capital que tem dificuldade de investimento e valorização, principalmente na esfera financeira, com a especulação pelo capital fictício e pelo sistema da dívida pública.

Sobre a tendência do capital ao enfrentamento de suas crises para o impulso necessário ao seu imperativo autorreprodutivo, Mészáros (2011) alude a respeito do mecanismo do próprio sistema do capital de deslocar suas contradições em momentos necessários para dar continuidade à sua autorreprodução ampliada. Tal conceito de “deslocamento” adquire significado diante dos limites últimos do capital como sistema global. O deslocamento acontece de forma a “postergar” (e não acabar com) os problemas, utilizando “válvulas de escape” disponíveis e provocando a extensão das fronteiras historicamente dadas do capital, todavia não eliminando seus limites estruturais objetivos. Porém, se o mecanismo de deslocamento de contradições funciona de forma a ajudar o capital a superar as crises periódicas, o mesmo não acontece diante da crise estrutural.

Então, enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema – ou seja, não estrutural –, é possível o deslocamento das contradições do capital por meio de mudanças no interior do próprio sistema. Na crise estrutural, a existência do complexo global envolvido é ameaçada, exigindo sua transcendência e substituição por um complexo alternativo. Porém, a crise estrutural não pode ser resolvida em termos de simples expansão da produção de riqueza, pois será necessária uma reorientação radical da produção, para não mais se subordinar à reprodução do capital. Uma produção de riqueza voltada para a necessidade e o uso.

A crise estrutural tem manifestações que podem ser identificadas nas várias dimensões internas do sistema do capital. Em todas elas, o capital tem a tendência a superar as barreiras que encontra à sua expansão e acumulação. Enquanto o capital, mesmo em sua crise estrutural, encontrar esses mecanismos de auxílio ao seu movimento, ele continua a se autorreproduzir.

De acordo com Mészáros (2011), a crise atual se relaciona a perturbações cada vez maiores do movimento de autoexpansão do capital. Trata-se de uma crise que tende a romper o processo normal de crescimento, o que pressagia a falha vital do deslocamento das contradições acumuladas do sistema do capital.

Sobre o agravamento do conjunto das crises econômicas na contemporaneidade, Mészáros atenta para o fato de que, enquanto a relação com o capital prevalecer, “[...] não haverá grandes tempestades a intervalos razoavelmente distantes, mas precipitações de frequência e intensidades por todos os lugares” (2011, p. 697). Assim, as antigas constâncias de crises podem se tornar, em porções menores diárias, a “normalidade” do capitalismo atual. Isso pode acarretar, em princípio, que os picos das crises periódicas sejam substituídos por um padrão linear de movimento do capital.

A crise estrutural evidencia o colapso de alguns mecanismos e determinações que são vitais para a permanência saudável do sistema de autorreprodução ampliada do capital. Enquanto as crises anteriores ainda podiam ser superadas pela capacidade do capital de dispor das “válvulas de escape” para a retomada do seu contínuo processo autorreprodutivo, a crise estrutural exige soluções estruturais adequadas; do contrário, apenas multiplica os problemas.

A reflexão de Mészáros (2011) sobre as tentativas de solucionar a crise estrutural é extremamente relevante, na medida em que esclarece os determinantes principais da crise e chama a atenção para a única alternativa viável: combater os alicerces do sistema sociometabólico que estão situados no capital.

Mesmo com o sucesso das inovações capitalistas para remediar, temporariamente, seus limites e atenuar os efeitos das contradições do sistema, “[...] os limites do capital permanecem estruturalmente intranscendíveis e suas contradições *fundamentalmente explosivas*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 697) [grifos do autor], pois nenhuma das medidas

implementadas até então interferiu nos fundamentos do sistema, ou seja, nas causas de seus problemas e de suas contradições, apenas minorou temporariamente alguns de seus efeitos.

Os limites do sistema do capital representam um desafio dinâmico tanto para o capital quanto para o trabalho. Mészáros (2011) afirma que os limites últimos do capital são manifestados nos limites da reprodução ampliada do capital, de maneira que o capital busca confrontá-los e dominá-los, mas sem considerar as consequências.

O capitalismo contemporâneo atingiu um estágio em que a disjunção radical entre produção genuína e autorreprodução do capital é uma realidade que indica graves implicações para o futuro. Dessa forma, os limites do capital não podem mais ser encarados como apenas obstáculos materiais à produtividade de riqueza do capital, mas como um risco à própria sobrevivência da humanidade. Os limites do capital podem se voltar contra o próprio capital quando este não for mais capaz de assegurar as condições de sua “autorreprodução destrutiva”, resultando no colapso do seu sociometabolismo.

No Brasil, ampliam-se as consequências da crise estrutural, por se tratar de um país periférico e subordinado aos países centrais. A forma de enfrentamento à crise iniciou-se a partir da década de 1990, com a implementação da política neoliberal⁶, o que possibilitou a diminuição da destinação dos recursos públicos para as políticas sociais e, por conseguinte, das intervenções do Estado sobre as expressões da “questão social”.

3. O pauperismo na pandemia

O ano de 2020 foi marcado pelo enfrentamento da pandemia da Covid-19, que se alastrou rapidamente entre os países, contaminando e levando a óbito milhões de pessoas. No Brasil, houve uma grande resistência de governantes e empresários para a implantação das medidas de isolamento social. Assim, coube a estados e municípios a iniciativa de emitir decretos com as regras de distanciamento social, com os protocolos de fechamento e reabertura de atividades econômicas e de

⁶ De acordo com Santos (2016, p. 170), “[...] o neoliberalismo defende a ideia de diminuição da intervenção estatal na economia, de forma que prioriza estabilidade monetária, a qual só pode ser assegurada mediante a contenção dos gastos sociais e a manutenção de uma taxa “natural” de desemprego, associadas a reformas fiscais, com redução de impostos para os altos rendimentos”. Para Behring e Bochetti (2007, p. 156), o neoliberalismo provoca mudanças expressivas nas políticas sociais, de forma que passam a se caracterizar como privatizadas, focalizadas e descentralizadas.

lazer, em fases periódicas, de acordo com o avanço ou o retrocesso no número de casos e mortes em cada localidade.

Em pouco tempo, as atividades de trabalho e de estudo passaram a ser forçadamente realizadas de forma remota, com a utilização de recursos tecnológicos vinculados à *internet*. A adaptação, além de forçada, foi abrupta, sem o devido planejamento e capacitação. As empresas se esvaziaram de funcionários e também de equipamentos; salas e prédios alugados foram desocupados e os salários também foram afetados⁷.

De tal modo, os trabalhadores envolvidos na adaptação às atividades remotas tiveram de buscar meios dos mais criativos para ajustar também seu ambiente doméstico e o convívio familiar a uma rotina de empresa. Em geral, ainda estamos começando a perceber as consequências desse processo, mas já é perceptível um nível elevado de adoecimento físico, majoritariamente por Covid-19, mas também mental, mediante o aumento da fadiga, da depressão, do pânico, da ansiedade etc.

No Brasil, como indicamos, a taxa de desocupação aumentou para 14,1% (IBGE, 2021), o que corresponde a aproximadamente 14 milhões de pessoas; em consequência, cresceu também a desigualdade social, associada a uma maior concentração de renda, sendo que o 1% mais rico da população detém quase um terço da renda nacional⁸ (COSTA, 2020). Contraditoriamente, as grandes empresas e multinacionais estão lucrando ainda mais neste período (com vendas *on-line*, redes sociais, serviços de *streaming*, comunicação etc.) e, principalmente, os bancos, fazendo frente aos pequenos e médios negócios, que – em sua maioria – quebraram em decorrência da crise já instalada antes da pandemia. De acordo com o relatório “Poder, Lucros e Pandemia”, produzido pela organização Oxfam (2020), enquanto milhões perdem empregos e renda, alguns poucos super-ricos ficam ainda mais ricos na pandemia. Apenas nos três primeiros meses da pandemia do novo coronavírus, os 25 maiores bilionários do mundo aumentaram a sua riqueza em US\$ 255 bilhões.

Contudo, com a paralisia de alguns ramos da produção industrial, as expectativas são de queda histórica no PIB dos países centrais e

7 Em julho de 2020, o governo brasileiro instituiu um programa emergencial, por meio da Lei nº 14.020, instituído com os objetivos de preservação do emprego e da renda e de garantia da continuidade das atividades laborais e empresariais, para a redução dos impactos decorrentes das consequências do estado de calamidade pública, decretado em razão da crise sanitária causada pelos adoecimentos por Covid-19. Mais informações estão disponíveis em: <<https://www.caixa.gov.br/beneficios-trabalhador/beneficio-emergencial/Paginas/default.aspx>>.

8 Fonte: Word Inequality Database, 2020.

periféricos. Ao que tudo indica, a crise estrutural vem se aprofundando cada vez mais. Contudo, o capital não pode deixar os fatores de bloqueio impedirem o seu processo de expansão e acumulação contínuos. Por isso, ele cria ajustes necessários para manter a sua autorreprodução. Dentre eles estão as formas diferenciadas de exploração da força de trabalho, mediante recursos e estratégias tecnológicas que contribuem para a sua manutenção. Ou seja, em suma, a maior prejudicada pela crise do capital é a classe trabalhadora.

Embora a realização de *lockdowns* tenha sido a primeira estratégia utilizada globalmente para barrar a disseminação do vírus – associada à utilização individual de máscara e à higienização das mãos –, observamos que só é possível a realização desses períodos nos países centrais, porque nos países periféricos esse tipo de proteção à população fica inviabilizado, visto que os países periféricos concentram os maiores índices de exploração da mais-valia, inclusive absoluta, vital para a reprodução do capital e a manutenção da reprodução da força de trabalho nos países centrais. De tal modo, a paralisação temporária das atividades econômicas não pode se estender por mais tempo. Por isso, a alternativa do capital para a saída do contexto pandêmico foi a realização da vacinação em massa⁹.

Todo esse contexto instalou uma situação geral de medo e incertezas quanto à garantia da preservação da saúde e da reprodução social de milhares de pessoas em escala global. Com estabelecimentos comerciais fechados em diversas regiões do mundo, o consumo de mercadorias e a circulação do capital foram fortemente impactados. A parcela da classe trabalhadora que vive do comércio e de setores de serviços em geral ficou sem renda diária para garantir suas necessidades imediatas¹⁰. Com a paralisação das atividades de produção das fábricas e das indústrias, não é possível extrair excedente de trabalho e garantia de lucro, o que

9 Desenvolver uma vacina eficaz e segura costumava levar décadas; porém, as primeiras vacinas contra a Covid-19 demoraram menos de um ano para que fossem desenvolvidas. Devido ao avanço da produção científica, as primeiras vacinas – Pfizer e BioNTech – foram produzidas em 10 meses. É um período de tempo sem precedentes na história.

10 No entendimento de Carvalho, Gomes & Lima (2021), o auxílio emergencial que foi implementado no Brasil mantém a função de manutenção da reprodução da força de trabalho próxima de níveis mínimos, considerando como público beneficiário os trabalhadores desempregados, intermitentes, informais e aqueles inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, bem como os trabalhadores por conta própria, dentre os quais destacamos, anteriormente, os microempreendedores individuais (MEI). O que tal contingente tem em comum não é apenas a ampla exploração da sua força de trabalho e a desproteção indiscutivelmente alarmante, mas o fato de que nele a renda, enquanto fluxo monetário, aparece como uma incerteza diária, sendo determinada pelo andamento da demanda cotidiana (p. 163). Outrossim, corroboramos com as ideias das autoras quando alegam ainda que tal mecanismo pode ser compreendido como um mecanismo contratendencial diante da crise que se apresentava antes dos processos de adoecimento, interferindo na composição do exército industrial de reserva (ibidem).

compromete o processo contínuo de expansão e acumulação do capital. Processo este que já estava demonstrando grandes sinais de dificuldade de continuação e permanência acelerada desde a década de 1970, quando tem início a crise estrutural do capital, de acordo com Mészáros.

Por isso, mesmo com a justificativa popularmente aceita de que a atual crise econômica é uma consequência imediata da pandemia, observamos que, antes disso, no ano de 2019, o mercado financeiro mundial estava dando fortes sinais de desestabilização e trazendo o prenúncio de uma grande crise econômica de caráter mundial. Com o crescimento do desemprego nos países centrais, a redução na produtividade das indústrias (principalmente automobilísticas europeias desde 2017) e o crescimento dos investimentos no mercado financeiro (em detrimento dos investimentos no setor produtivo), que geram um aumento do capital fictício, desde fevereiro de 2020, registra-se uma queda vertiginosa das principais bolsas de valores em todo o mundo, que vieram a apresentar singela alta em março de 2020, depois dos anúncios das medidas adotadas pelo governo americano¹¹. Além disso, houve a baixa no preço do petróleo, provocada pelo aumento no preço do produto da Arábia Saudita disponível para venda (exportação). No Brasil, desde 2016, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, a crise econômica se expandiu, com o início de um período inflacionário que não dá indícios de controle. São apenas alguns exemplos. Como se já não bastassem todos esses fatores em ebulição no mercado global, a proliferação da Covid-19 coincidiu com esse contexto anterior, agravando-o.

Como resposta a essa recessão, que já se colocava no cenário global antes da generalização da Covid-19, os governos procuram desesperadamente atender às novas demandas do capital em crise, remodelando estratégias de ajuda. Se o *slogan* neoliberal sempre defendeu “menos Estado”, são justamente os países dominados por tal modelo político que recorrem às medidas do “mais Estado”. Assim, o Estado presta seu papel de salvaguarda do grande capital. E, diante da ameaça de crescimento do pauperismo em diversos países, tal como também no Brasil, foram anunciadas medidas de manutenção da renda dos trabalhadores e outras formas de assistência, com o objetivo de não piorar a situação econômica com mais uma crise provocada pela falta de consumo. Por isso, observa-se que o Estado está presente quando

11 O primeiro pacote de estímulo à economia do governo americano foi de US\$ 2,2 trilhões, implementado em março de 2020. O segundo pacote foi de US\$ 900 bilhões. Foram as maiores “ajudas” financeiras do Estado americano registradas em “tempos de crise”.

se trata de resguardar os interesses de reprodução do citado sistema sociometabólico.

O aumento do pauperismo no Brasil é inequívoco nos tempos de Covid-19 e vem crescendo à medida que se estende a atual recessão econômica, agudizada pela grande quantidade de adoecimentos e óbitos. Como indicamos, o pauperismo é uma expressão do desenvolvimento do sistema do capital e se relaciona à sua reprodução, tornando-se consequência necessária dele.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) identificou, desde 2014, um aumento palpável do empobrecimento na região. Informações publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2018, confirmavam que o Brasil vinha seguindo essa tendência. Naquele ano, aproximadamente 52,5 milhões de brasileiros estavam alinhados ao contingente pobre do país e mais 13,5 milhões de pessoas estavam na linha de pobreza extrema. Em 2020, já eram quase 14 milhões de pessoas a compor este segundo quantitativo, engrossando as fileiras daqueles que dependem quase que exclusivamente do auxílio emergencial¹² para sobreviver nos tempos da pandemia causada pela Covid-19 (IBGE, 2020). As políticas sociais¹³ implementadas de caráter neoliberal não propiciam o real enfrentamento desses problemas. Apenas os amenizam.

Como a realidade tem demonstrado, a instituição de um auxílio emergencial por repasse direto de renda é uma iniciativa absolutamente ineficaz em relação à redução do pauperismo, mas de maneira imediata pode proporcionar pelo menos o alívio da fome e algum impacto contra a disseminação viral. Na ausência do referido auxílio, as pessoas que hoje compõem o substrato mais empobrecido da sociedade brasileira estão relegadas à própria sorte ou a iniciativas filantrópicas pontuais.

12 Instituído pela Lei nº 13.982/2020, o Auxílio Emergencial previu o repasse de R\$ 600,00 mensais (inicialmente, por três meses) a trabalhadores informais e de baixa renda, além de R\$ 1.200,00 às famílias chefiadas por mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. O auxílio começou a ser pago no mês de abril e foi até o mês de dezembro de 2020. O valor estimado empreendido pelo governo para o pagamento do auxílio naquele ano foi de R\$ 322 bilhões. Em 2021, o benefício foi prorrogado inicialmente com quatro parcelas. Os valores são de R\$ 150,00 para solteiros, R\$ 250,00 para famílias e R\$ 375,00 para mães solteiras. Segundo relatório do Ministério da Cidadania, os dados disponíveis até 14 de dezembro de 2020 registraram que 67,9 milhões de pessoas haviam sido beneficiadas diretamente com o Auxílio Emergencial. Isso representa 1/3 da população brasileira, estimada em 211,75 milhões de habitantes em 2020, de acordo com o IBGE. No total, o Auxílio Emergencial destinou cerca de R\$ 294 bilhões para os beneficiários. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>>.

13 De acordo com Netto (2006), as políticas sociais têm uma funcionalidade própria: manter e controlar a força de trabalho, ocupada e excedente, para garantir a reprodução do sistema capitalista.

O que se percebe é um processo de pauperização absoluta¹⁴ daqueles que perderam seus empregos, assim como daqueles que se mantêm em casa, impossibilitados de trabalhar, dependendo de um auxílio emergencial, pois se verifica inequivocamente uma queda geral do padrão de vida, associado ao medo da fome e da morte por adoecimento físico. Além disso, entre aqueles que se mantiveram em suas ocupações com salários reduzidos, há um processo de pauperização relativa, uma vez que, mesmo produzindo igualmente ou mais do que antes em seus postos laborais, houve uma diminuição sensível dos seus ganhos, o que comprometeu a sua reprodução, bem como a de suas famílias.

Portanto, temos no Brasil a combinação de processos reiterados de pauperismo relativo e absoluto, com destaque para este último, tendo em vista que milhares de trabalhadores foram largados à sua própria sorte e os níveis de precariedade daqueles que se mantêm ativos mostram-se cada vez maiores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluirmos, certos de que resta muito a se considerar ainda e de que este debate não tem a intenção e nem pode se esgotar aqui, são previsíveis as piores consequências desta crise para a classe trabalhadora. Além das mortes ocasionadas em decorrência da Covid-19, há ainda as demais mortes por falta de assistência médica, num sistema de saúde em colapso, bem como o aumento da morte pela fome e a tendência de aumento da desigualdade social, do desemprego e da barbárie social.

14 O pauperismo absoluto e relativo em Marx aparece relacionado ao montante de riqueza produzido, estando ligado diretamente à exploração da força de trabalho para a produção de mais-valia, observando-se a razão entre o tempo de trabalho necessário e excedente da jornada de trabalho. A forma absoluta se dá pela ampliação da jornada, conservando a mesma duração do tempo de trabalho necessário e estendendo o tempo de trabalho excedente, sem alteração do salário. Ainda outra forma de proceder à extração de mais-valia absoluta é a intensificação do ritmo de trabalho sem a alteração do tempo da jornada. Diz-se que há um empobrecimento absoluto quando as condições gerais de vida da classe trabalhadora caem, seja pela baixa dos salários, seja pela queda dos padrões de alimentação e moradia, seja pelo aumento do desemprego, bem como pela intensificação do ritmo de trabalho. A forma relativa de extração de mais-valia acontece pela redução do tempo de trabalho necessário à formação do salário, seguida do aumento do tempo de trabalho responsável pela formação do excedente. Para se proceder a este fim, recorre-se à introdução de novas tecnologias. Amplia-se, assim, a criação de valor pelo aumento da extensão do trabalho excedente sem ampliar a jornada em si. As consequências desse processo se ligam à desvalorização da força de trabalho, permitindo que caia também o valor dos bens necessários à sua reprodução. Por isso, diferentemente, a pauperização relativa ocorre quando a parte da riqueza produzida pelo trabalhador torna-se proporcionalmente menor em relação ao total de valores produzidos. Trata-se de um processo no qual se aumenta a distância entre o montante de valores criados e a parcela de riqueza da qual o produtor se apropria. Contudo, em ambos os processos, a finalidade é o aumento dos lucros (NETTO; BRAZ, 2008).

Para o capital, há o evidente aprofundamento da sua crise estrutural, a diminuição da taxa de lucratividade, uma crise financeira pior do que a de 2008 e a aproximação cada vez maior dos limites do próprio sistema.

Contudo, as determinações estruturais do referido sistema de-flagram o processo de desenvolvimento das suas contradições mais latentes. Dentre as quais, encontra-se a “questão social”, bem como a sua expressão no pauperismo. Mantendo-se tal sistema, é infrutífera qualquer tentativa que procure solapar a presente problemática.

Então, devemos pensar claramente em uma alternativa ao atual sistema socioeconômico. Não que apenas trace estratégias no âmbito da política. Então, não devemos rodar no círculo já ultrapassado do debate entre “menos” ou “mais” Estado, entre neoliberalismo e “Estado de bem-estar social”. Precisamos buscar estratégias de superação do sistema de forma a atingir sua raiz, modificar sua estrutura interna, que não se encontra na esfera do consumo ou da circulação, mas sim na esfera da produção material. Uma mudança efetiva, que procure superar o capital, só pode acontecer se chegar a atingir a base material da produção da riqueza social.

Para tanto, os conceitos de comunismo, trabalho associado e emancipação humana precisam ser amplamente divulgados e reconhecidos como possíveis, para que, por meio de um processo verdadeiramente revolucionário, a atividade fundante do ser social (o trabalho) deixe de ser realizada em prol da geração de capital (produção de riqueza), mas sim voltada a atender às necessidades dos próprios produtores (riqueza de produção).

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: Fundamentos e história**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. **Relatórios de programas e ações do Ministério da Cidadania**. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de

elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/113982.htm>. Acesso em: 3 nov. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/113979.htm>. Acesso em: 3 nov. 2021.

CARVALHO, Liana A. A. de; GOMES, Cláudia Maria C.; LIMA, Fabiana Alcântara. Crise do capital e precarização do trabalho: o Brasil em tempos de Covid-19. Revista **O Social em Questão**. Ano XXIV. Nº 49. Janeiro a Abril de 2021. ISSN: 2238-9091 (on-line). Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/51124/51124.PDF>>. Acesso em: abril 2021.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Panorama Social de América Latina**. Santiago: CEPAL, 2019. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44969/5/S1901133_es.pdf>. Acesso em: abril 2021.

COSTA, Machado da. **Como a pandemia amplia a crise da desigualdade social no Brasil e no mundo**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/como-a-pandemia-amplia-a-crise-da-desigualdade-social-no-brasil-e-no-mundo/>>. Publicado em: 20 jul. 2020. Acesso em: 23 fev. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. 26ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2019**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/f1404e8068f13a84a-53a9d0b7ca997e3.pdf>. Acesso em: abril 2021.

_____. **PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 14,1% e taxa de subutilização é de 29,0% no trimestre encerrado em novembro de 2020.** Editoria: Estatísticas Sociais. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29934-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-1-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-0-no-trimestre-encerrado-em-novembro-de-2020>>. Publicado em: 28 jan. 2021. Acesso em: 23 fev. 2021.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Vol. I. Tomo II. Coleção Os Economistas. Trad.: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Capitalismo monopolista e serviço social.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução crítica.** 4ª ed. Biblioteca Básica de Serviço Social; vol. 1. São Paulo: Cortez, 2008.

OXFAM. Poder, lucros e a pandemia: Da distribuição excessiva de lucros e dividendos de empresas para poucos para uma economia que funcione para todos. Nota informativa da Oxfam. Publicado em: set. 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/poder-lucros-e-pandemia/>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

PIMENTEL, Edlene. As bases ontológicas da questão social. In: **Boletim do Tempo Presente** – ISSN: 1981-3384. Boletim do Tempo Presente, nº 11, de 01 de 2016, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente>>. Acesso em: 5 abril 2016.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “nova questão social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. Maceió: EDUFAL, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** 23ª ed. 11ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2008.